

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2011

SENHORES ACIONISTAS

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

CENÁRIO ATUAL

A Panamericana de Seguros S.A. ("Seguradora" ou "Companhia") é uma empresa controlada pelo Banco Panamericano S.A. ("Panamericano" ou "Banco"), que detém 99,99% de seu capital total, sendo que suas ações não são negociadas em Bolsas de Valores. A Seguradora possui forte penetração nos clientes das classes B, C e D, atuando nos segmentos de Seguros de Pessoas, nos Ramos de Acidentes Pessoais Coletivos, Danos Pessoais (DPVAT), Vida em Grupo, Renda de Eventos Aleatórios (seguro desemprego) e Prestamista. As atividades e serviços prestados possuem forte sinergia com as operações de crédito do controlador, o que complementa o portfólio de serviços oferecidos aos clientes e agrega relevante valor aos acionistas.

EVENTOS RECENTES

Em 31 de janeiro de 2011, o Grupo Silvio Santos ("GSS"), então acionista controlador do Banco Panamericano S.A. ("Panamericano" ou "Banco"), através da Silvio Santos Participações S.A. ("SSP") e da BF Utilidades Domésticas Ltda. ("BF"), celebrou com o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") contrato de compra e venda de ações e outras avenças por meio do qual o BTG Pactual comprometeu-se a adquirir a totalidade das ações do Panamericano de titularidade do GSS pelo preço de R\$450 milhões, corrigidos a partir da data de conclusão do negócio até a data de seu efetivo pagamento por 110% da Taxa DI. Na mesma data, o BTG Pactual e a Caixa Participações S.A. ("CAIXAPAR") celebraram novo acordo de acionistas do Panamericano, com entrada em vigor após a conclusão da transferência do controle, incluindo a substituição do então controlador pelo BTG Pactual e a manutenção das principais condições do acordo anterior.

Em 30 de março de 2011, a Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil ("Bacen") manifestou-se favoravelmente à alteração no grupo de controle do Banco, com a entrada do BTG Pactual em lugar da SSP e BF.

Em 27 de maio de 2011, foi concluída a aquisição pelo BTG Pactual da totalidade das ações de emissão do Panamericano de titularidade da SSP e da BF. Ademais, em 13 de junho de 2011, o Bacen aprovou de forma definitiva a transferência de ações acima mencionada, retroativamente ao mesmo dia 27 de maio de 2011.

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 28 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração do Banco convocou uma Assembleia Geral Extraordinária de acionistas para o dia 18 de janeiro de 2012, para deliberar sobre o aumento do capital social do Panamericano no valor de até R\$1,8 bilhão, mediante a emissão, para subscrição privada e na proporção das ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes, de até 297.520.662 novas ações nominativas, escrituras e sem valor nominal. O aumento de capital tem como objetivo: (i) viabilizar o crescimento das atividades do Panamericano, de acordo com o novo plano de negócios que está sendo implementado pela atual diretoria; (ii) otimizar o aproveitamento do estoque de créditos fiscais atualmente detidos pelo Banco; e (iii) possibilitar a realização, pelo Panamericano, de novos investimentos e aquisições, inclusive com relação à potencial aquisição da Brazilian Finance & Real Estate S.A.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Conforme dados da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, atualizados em maio de 2011, dentre 114 companhias de seguros, a Seguradora ocupava a 37ª posição pelo critério do Índice Combinado Ampliado (ICA), indicador que mede a relação entre o valor correspondente à soma de Sinistros Retidos, Despesas Comerciais, Administrativas e com Tributos, e o valor total de Prêmios Ganhos e o resultado líquido de despesas e receitas financeiras. A Seguradora apresentou ICA de 0,83. A média de mercado desse indicador, obtida gerencialmente a partir da exclusão dos 5 maiores e menores Índices, foi 0,85.

Nas operações de seguros, os Prêmios Ganhos totalizaram R\$124,5 milhões no ano de 2011, apresentando uma redução de 12,4% quando comparados ao resultado de R\$142,2 milhões obtido no ano de 2010.

O montante de recursos em aplicações financeiras da Seguradora em 31 de dezembro de 2011 era de R\$214,4 milhões, valor 7,5% inferior ao disponível em 31 de dezembro de 2010, que era de R\$231,9 milhões. Dos recursos aplicados, 86,4% estão alocados em Títulos Públicos Federais pós-fixados e em Letras Financeiras do Tesouro - LFTs, e o restante em cotas de fundos de investimento (13,6%). Todos os Títulos e Valores Mobiliários da Seguradora são classificados como "Negociação" e "Disponíveis para Venda".

As Despesas Administrativas da Seguradora em 2011 foram de R\$28,7 milhões, com redução de 18,1% em relação ao mesmo período de 2010, principalmente em razão da redução nas despesas com serviços de terceiros. O Resultado Operacional foi de R\$51,2 milhões no ano de 2011, com crescimento de 17,3% se comparado ao do ano de 2010, que foi de R\$43,7 milhões. O Lucro Líquido de 2011 foi de R\$35,7 milhões, com crescimento de 35,0% em relação ao resultado de 2010, de R\$26,4 milhões. O Patrimônio Líquido da Seguradora apresentou, em 31 de dezembro de 2011, uma redução de 9,9% em relação a 31 de dezembro de 2010, atingindo R\$132,8 milhões.

AUDITORES INDEPENDENTES

As demonstrações financeiras da Seguradora passaram a ser auditadas, a partir do primeiro trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC"), em substituição à Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na gestão dos eventos recentes e aplicação das novas diretrizes, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2012

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais - R\$)					
Ativo	Nota explicativa	2011		2010	
		2011	2010	2011	2010
Circulante		73.470	60.177		
Disponível		30.136	3.326		
Caixa e bancos	5	119	725		
Equivalente de caixa	5	30.017	2.601		
Aplicações	6	30.110	36.156		
Créditos das operações com seguros e resseguros		11.792	15.735		
Prêmios a receber	7.1	10.610	15.072		
Operações com resseguradoras	7.2	433	-		
Outros créditos operacionais	7.2	706	663		
Ativo de resseguro	7.2	43	-		
Títulos e créditos a receber		959	1.902		
Títulos e créditos a receber	7.2	110	278		
Créditos tributários e previdenciário	8	-	14		
Outros créditos	7.2	849	1.610		
Custo de aquisição diferidos	10	473	3.058		
Seguros		473	3.058		
Não Circulante		238.707	266.579		
Realizável a Longo Prazo		222.969	227.943		
Aplicações	6	184.319	195.741		
Títulos e créditos a receber		38.650	32.202		
Créditos tributários e previdenciários	8	38.543	32.085		
Depósitos judiciais e fiscais	7.2	23	39		
Outros créditos operacionais	7.2	84	78		
Investimentos		15.643	38.547		
Participações societárias	11.a	10.488	9.656		
Imóveis destinados a renda	11.b	4.894	28.428		
Outros investimentos		261	463		
Imobilizado		95	89		
Bens móveis		95	89		
Total do Ativo		312.177	326.756		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais - R\$)					
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2011		2010	
		2011	2010	2011	2010
Circulante		147.464	155.753		
Contas a pagar	14	31.527	25.332		
Obrigações a pagar	20	4.013	4.429		
Impostos e encargos sociais a recolher	17.a	262	198		
Encargos trabalhistas		164	392		
Impostos e contribuições	17.b	26.993	20.227		
Outras contas a pagar	16	95	86		
Débitos de operações com seguros e resseguros	15	176	863		
Operações com resseguradoras		173	181		
Corretores de seguros e resseguros		2	490		
Outros débitos operacionais		1	192		
Depósitos de terceiros	18	39	87		
Provisões técnicas - seguros	12	115.339	129.385		
Pessoas		115.339	129.385		
Provisões técnicas - previdência complementar	13	383	86		
Planos não bloqueados		383	86		
Não Circulante		31.895	23.588		
Contas a pagar	20	1.103	2.062		
Obrigações a pagar		1.103	2.062		
Outros débitos	19	30.792	21.526		
Provisões judiciais		30.792	21.526		
Patrimônio Líquido	21	132.818	147.415		
Capital social		71.256	71.256		
Reserva de lucros		61.539	76.142		
Ajuste com títulos e valores mobiliários		23	17		
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		312.177	326.756		

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ações)					
	Nota explicativa	2011		2010	
		2011	2010	2011	2010
Prêmios emitidos líquido		98.442	160.013		
Variações das provisões técnicas de prêmios		26.106	(17.785)		
Prêmios ganhos	23	124.548	142.228		
Sinistros ocorridos	24	(61.019)	(49.638)		
Custo de aquisição	25	(4.565)	(5.642)		
Outras receitas e despesas operacionais	26	5.148	(17.866)		
Resultado com resseguro		(573)	(694)		
Despesas com resseguro		(616)	(694)		
Receita com resseguro		43	-		
Operações com previdência		(344)	(70)		
Despesas administrativas	27	(28.686)	(35.047)		
Despesas com tributos	28	(6.235)	(8.514)		
Resultado financeiro	29	20.868	16.808		
Resultado patrimonial	30	2.101	2.129		
Resultado operacional		51.243	43.944		
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	31	6.315	103		
Resultado antes dos impostos e Participações		57.558	43.979		
Imposto de renda		(16.861)	(12.508)		
Contribuição social		(10.132)	(7.719)		
Ativo fiscal diferido IRPJ		3.217	1.798		
Ativo fiscal diferido CSLL		1.930	1.079		
Lucro Líquido do Exercício		35.712	26.447		
Quantidade de ações		339.313.199	339.313.199		
Lucro Líquido por Ação - R\$		0,11	0,08		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2011 E 2010 (Em milhares de reais - R\$)					
		2011		2010	
		2011	2010	2011	2010
Lucro líquido do exercício		35.712	26.447		
Ajuste de títulos e valores mobiliários		10	51		
Efeitos tributários sobre itens dos lucros abrangentes		(4)	(2)		
Resultado Abrangente do Exercício		35.718	26.476		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais - R\$)					
		2011		2010	
		2011	2010	2011	2010
Atividades Operacionais					
Recebimentos de prêmios de seguro		105.524	153.030		
Recuperações de sinistros e comissões		3.967	12.067		
Outros recebimentos operacionais (ressarcimentos e outros)		12.676	18.405		
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões		(57.770)	(62.390)		
Repasses de prêmios por cessão de riscos		(441)	(714)		
Pagamentos de despesas e obrigações		(58.946)	(29.849)		
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais		-	(6.063)		
Outros pagamentos operacionais		(5.991)	(23.097)		
Recebimentos de juros e dividendos		-	56		
Constituição de depósitos judiciais		-	(139)		
Resgates de depósitos judiciais		739	762		
Caixa operado/(consumido) pela operações		(242)	62.068		
Impostos e contribuições pagas		(12.178)	(30.201)		
Aplicações		(16.575)	(240.283)		
Vendas e resgates		60.670	179.704		
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais		31.675	(28.712)		
Atividades de Investimento					
Pagamentos pela compra de ativo permanente:					
Imobilizado		-	(5)		
Recebimento pela venda de ativo permanente:					
Investimentos		30.135	1.886		
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		30.135	1.881		
Atividades de Financiamento					
Distribuição de dividendos		(35.000)	-		
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(35.000)	-		
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(26.810)	(26.831)		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.326	30.157		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		30.136	3.326		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
		Reserva de lucros	Dividendos adicional proposto	Ajuste de títulos e valores mobiliários		
Saldos em 31 Dezembro de 2009	71.256	50.952	-	(14)	-	122.194
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	31	-	31
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	26.447	26.447
Distribuição do resultado	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.322	-	-	(1.322)	-
Reserva estatutária	-	10.553	-	-	(10.553)	-
Dividendos propostos	-	-	13.315	-	(14.572)	(1.257)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	71.256	62.827	13.315	17	-	147.415
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	6	-	6
Dividendos pagos	-	(35.000)	(13.315)	-	(48.315)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	35.712	35.712
Distribuição do resultado	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.786	-	-	(1.786)	-
Reserva estatutária	-	31.926	-	-	(31.926)	-
Juros sobre capital próprio proposto	-	-	-	-	(2.000)	(2.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	71.256	61.539	-	23	-	132.818

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Panamericana de Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima fechada e tem como objetivo a exploração de seguros dos ramos de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro-desemprego), vida em grupo e danos pessoais. Suas operações estão inseridas em um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, utilizando-se da estrutura administrativa e operacional de empresas pertencentes ao Grupo Panamericano. Os custos provenientes dessas utilizações são alocados, conforme praticável, por meio de rateio entre as instituições. Em 27 de maio de 2011, a BF Utilidades Domésticas Ltda. vendeu para o Banco Panamericano 67.259 ações ordinárias e 24.712 ações preferenciais da Panamericana de Seguros S.A., o processo foi aprovado pela SUSEP em 09 de agosto de 2011. A Seguradora é diretamente controlada (99,99%) pelo Banco Panamericano S.A.. Os produtos de Seguros são ofertados através de corretores de seguros e distribuídos em todo território nacional pela rede do Banco Panamericano S.A.. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram aprovadas pela Diretoria Executiva em reunião realizada em 10 de fevereiro de 2012.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1) Base de preparação
As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as dispos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto quando informado)

3.9.4) Provisão de insuficiência de prêmios (PIP)

O cálculo desta provisão é obtido atuarialmente, com base em Nota Técnica Atuarial protocolada na SUSEP, que apresenta uma metodologia estatística prospectiva.

A metodologia aplicada estima o valor das despesas e receitas futuras, do sinistro vigentes na data-base do cálculo.

3.9.5) Provisão de sinistros a liquidar (PSL)

Constituída para a cobertura dos valores esperados a pagar relativos a sinistros avisados, até a data-base do cálculo, de acordo com a responsabilidade da Seguradora, obedecendo os seguintes critérios estabelecidos em norma:

- a) A Seguradora possui uma metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial para a apuração da PSL, a qual considera as indenizações e as despesas relacionadas, inclusive os custos referentes às ações em demandas judiciais.
- b) A data de ativo do sinistro é correspondente à data do efetivo registro por parte da Seguradora.
- c) O fato gerador da baixa da PSL é o efetivo recebimento da indenização, pelo Segurado ou Beneficiário, ou conforme os demais casos previstos em lei.
- d) Os sinistros avisados às sociedades Seguradoras, inclusive os sinistros em demanda judicial, são registrados tomando-se por base:
 - (i) o valor acordado entre o segurado e a Seguradora;
 - (ii) o valor reclamado pelo segurado, quando aceito pela Seguradora;
 - (iii) o valor estimado pela Seguradora, quando não tenha o segurado indicado a avaliação do sinistro;
 - (iv) o valor igual a metade da soma da importância reclamada pelo segurado e da oferecida pela Seguradora, no caso de divergência de avaliação, limitado à importância segurada do risco coberto no sinistro;
 - (v) o valor resultante da sentença transitada em julgado;
 - (vi) o valor máximo de responsabilidade por vítima ou por evento e por tipo de dano, nos seguros obrigatório de responsabilidade civil;
 - (vii) o valor do sinistro médio, para os ramos em que a sociedade Seguradora possua informações capazes de gerar estatísticas consistentes, devendo ajustar esse valor calculado, após cada reavaliação do sinistro que melhore a estimativa da indenização a ser paga.

A metodologia de cálculo da PSL, mencionada na alínea (a) deste item, não substitui o critério de abertura do sinistro praticado pela Seguradora. Desta forma, esta metodologia visa apurar, apenas, uma eventual necessidade de constituição da PSL complementar aos valores atualmente provisionados pela Seguradora para cada ramo de seguro.

A provisão de sinistros a liquidar por ramo, DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT ("Seguradora Líder").

3.9.6) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)

O cálculo desta provisão visa a cobertura do valor esperado dos sinistros ocorridos e ainda não avisados, até a data-base de cálculo, considerando as indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade da Seguradora.

A metodologia de cálculo aplicada pela Seguradora, a qual se encontra descrita em Nota Técnica Atuarial, é calculada com base em critério estatístico-atuarial, conhecidos como triângulo de run-off, que consideram o desenvolvimento trimestral ou semestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Destaca-se, ainda, que para os ramos que não dispõem de histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação da metodologia disposta na Nota Técnica Atuarial, ocasionados pelo pequeno contingente numérico de sinistros computados na base de dados da Seguradora, a provisão de IBNR é obtida pela aplicação dos percentuais determinados pela Circular SUSEP nº 283/2005.

A provisão de IBNR para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores calculados e informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder.

3.10) Teste de adequação de passivos

A Circular SUSEP nº 410/2010, instituiu o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras de procedimentos para a sua realização.

Segundo essa Circular, a Seguradora deve avaliar, a cada data base, se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se essa avaliação mostrar que o valor das provisões constituídas para os contratos de seguros vigentes, descontadas as despesas de comercialização diferidas e ativos intangíveis, está inadequado em relação aos fluxos de caixa futuros estimados, a deficiência deve ser reconhecida no resultado, através da constituição de provisões técnicas adicionais ao IBNR ou PSL, caso a insuficiência seja originada da Provisão de Sinistros, ou à PIP, caso a insuficiência seja originada da Provisão de Prêmios.

O TAP foi elaborado bruto de resseguro, e para a sua realização a Seguradora considerou a segmentação mínima estabelecida pela Circular SUSEP nº 395/2009. Os fluxos de caixa foram estimados em periodicidade trimestral, e a sua preparação levou em consideração a estimativa de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data base de dezembro de 2011, descontados pela relevante Estrutura a Termo da Taxa de Juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros, e o uso de algoritmos genéticos, em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não linear, para a estimação dos parâmetros do modelo.

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Seguradora, data base de 31 de dezembro de 2011 e de 2010, concluiu-se que o passivo por contrato de seguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas do custo de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 410/2010.

3.11) Imposto de renda e contribuição social (CPC e CS)

Alíquota do passivo, conforme descrito no Art. 32, de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usada para o imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das provisões e provisões sobre os quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização as quais são revistas periodicamente, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que o lucro estimativo considerado.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota base de 15% do lucro tributável. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15%.

A Seguradora está obrigada ao Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941/09, por meio do qual as apurações do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/76, vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

3.12) Ativos e provisões para riscos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

Os reconhecimentos, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios os seguintes:

- a) Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.
- b) Passivos contingentes: são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado o provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como admissíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

Os riscos legais (fiscais e previdenciárias) referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

3.13) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, dentre as estimativas contábeis críticas mais relevantes destacamos: (i) a estimativa dos créditos tributários ativos; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) as provisões técnicas de seguro; (v) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4) GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS E DE SEGUROS

As principais atividades da Seguradora nos segmentos de Seguros de Pessoas (Jurídicas e Físicas) e de Danos Pessoais (DPVAT) e Seguros de Pessoas, seu foco de atuação é o Seguro de Vida Individual e Empresarial, Acidentes Pessoais, Rendas e Eventos Aleatórios (Desemprego), Prestamistas (proteção contra inadimplência em financiamentos) e Vida em Grupo.

Danos Pessoais atua especialmente no consórcio do DPVAT.

Atualmente a Seguradora possui 30 funcionários, sendo que sua estrutura organizacional é composta pelas áreas comercial, de sinistros, técnica - operacional, controladoria, finanças e contabilidade. Adicionalmente, utiliza a estrutura administrativa e operacional do Grupo Panamericano.

O gerenciamento de riscos é efetuado com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros em benefício dos acionistas, administradores, clientes, fornecedores e colaboradores da Seguradora.

Por essa razão, a Administração busca contínua melhoria das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos, que são aprimoradas principalmente nas operações de seguros.

Os produtos de Seguros são ofertados pela rede do Banco Panamericano em todo território nacional, visando a proteção financeira dos nossos clientes, atendendo as necessidades nos segmentos pessoa jurídica e pessoa física, sendo este último o de maior concentração dos negócios. A Seguradora oferece, também, aos seus clientes produtos que complementam outros produtos de consumo financeiro do Grupo Panamericano, como seguros prestamistas.

A Seguradora subscreve contratos de seguro, relemo os riscos e os prêmios de consumo financeiros a estes contratos. Adicionalmente, ao garantir sua exposição ao risco de seguro através da utilização de resseguradores ou atuariadores, os prêmios e os riscos relacionados a estes contratos são cedidos.

A Política de transação de riscos é definida tecnicamente e comercialmente, exclusivamente pela Diretoria Técnica Operacional, com o objetivo de melhorar a rentabilidade do negócio e envolver, por vezes, a sinistralidade.

As operações de seguro e emitir, passíveis das Seguradora, a mensuração, avaliação, aceitação e gerenciamento de algum grau de risco ou uma combinação de riscos. As categorias de risco mais importantes em que a Seguradora está exposta são: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco de seguro e risco de capital.

A estrutura de gestão de riscos estabelecida, na sua importância, visa estabelecer o monitoramento contínuo do ambiente de risco associado a uma avaliação integrada dos riscos e suas interdependências.

Os produtos de seguros são submetidos a um processo detalhado de aprovação. Este processo consiste de uma análise dos riscos inerentes ao produto, incluindo, mas não limitado aos riscos de mercado, riscos de crédito, riscos de seguros, riscos de preço e risco regulatório.

As atividades da Seguradora estão em sinerquia com as operações do controlador o Banco Panamericano S.A. Os prêmios relativos aos seguros são recebidos em uma única parcela.

Os principais produtos comercializados são:

Rendas de eventos aleatórios: a Seguradora oferece a garantia de minimizar o risco de crédito junto ao Estipulante do saldo devedor de uma operação de crédito existente na data do sinistro, devidamente vinculado ao presente seguro, observado o valor máximo previsto em cláusula específica de condições, desde que não esteja abrangida pelos Riscos Excluídos e respeitados as demais condições contratuais.

Prestamista: Garantia do pagamento de uma indenização que consista na amortização de dívida contraída junto ao Estipulante, limitada ao prazo e capital segurado definidos na apólice de seguros, na hipótese de ocorrência de evento coberto, durante a vigência do seguro, nos termos destas Condições Gerais e Especiais da Apólice.

Acidentes Pessoais Coletivo: a Seguradora oferece a garantia do pagamento de um Capital Segurado ao Segurado ou a seu(s) Beneficiário(s), na hipótese de ocorrência de Eventos Cobertos, conforme previsto nas condições gerais, desde que não esteja abrangida pelos Riscos Excluídos e respitados as demais condições contratuais.

Vida em Grupo: Garantia do pagamento de uma indenização ao(s) beneficiário(s), em caso de morte do Segurado, observadas as Condições Gerais, Especiais, e o Termo de Adesão. Outras coberturas podem ser incluídas neste produto como, por exemplo, Invalidez Permanente Total ou Parcial e Assistência Funeral, diárias de hospitalização, entre outras.

a) Política de gerenciamento de riscos

Atualmente, a Política de Gerenciamento de Risco está ligada na complexidade dos serviços, na inovação de produtos ofertados no mercado, bem como na qualidade da sua precificação através de estudos atuariais.

O monitoramento constante dos Riscos de Seguros, Crédito, Liquidez, Mercado e Capital fazem parte da rotina de Gerenciamento de Riscos da estruturas da Panamericana de Seguros.

Os produtos de Seguros são ofertados através de corretores de seguros e distribuídos em todo território Nacional pela rede do Banco Panamericano.

O gerenciamento de risco de seguros consiste, basicamente, na aplicação da teoria da probabilidade e critérios atuariais, aplicada para a precificação e provisionamento das reservas técnicas.

O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros seja maior do que o estimado. O risco de seguro inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.

Considera-se risco de seguro o risco em que o segurado transfere para o subscritor, no caso a Seguradora, o risco da ocorrência do sinistro sobre o objeto segurado. Os principais riscos abrangidos nos contratos de seguros são representados por: custo dos sinistros em contrapartida ao montante global dos prêmios recebidos. O custo de um sinistro pode ser influenciado por vários fatores, incluindo o histórico de mortalidade e desemprego.

Riscos de seguros são controlados através de políticas internas que estabelecem procedimentos observando as determinações específicas dos requisitos regulatórios.

Os principais processos envolvidos estão mapeados com os fluxos das atividades contidas dentro da Seguradora. Cada risco e controle monitorados pela equipe da Seguradora trazem informações qualitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com os níveis de riscos subscritos ou a subscrever.

A concentração do risco de seguro atualmente está aliada a todo território nacional, em virtude da comercialização do prestamista. As maiores concentrações são nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio de Horizonte e Porto Alegre. Não há a pretensão de ir operar com seguros de vida oriundo de licitações ou de reduzir a frequência de seguros na região nordeste. Por outro lado, futuramente, a Seguradora irá operar com o seguro prestamista com foco em concessionárias, além do seguro habitacional. O foco da Seguradora é atuar mais diretamente nas regiões sudeste, sul e centro-oeste.

c) Estratégia de subscrição

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

O risco de subscrição é oriundo de uma situação econômica adversa, que contraria tanto as expectativas da Seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição, quanto às incertezas existentes na estimação das provisões.

A subscrição é fundamental para que a Seguradora seja capaz de alcançar dois principais objetivos:

- Fornecer cobertura de seguro; e
- Obter um lucro operacional.

A política de aceitação do seguro de pessoas da Seguradora é determinada em função da classificação dos riscos:

- a) Riscos Seguráveis: São riscos com compreensão clara das consequências do fato ocorrido;
- b) Riscos Aceitáveis: Riscos que já possuem aceitação definidas internamente; e
- c) Riscos Inaceitáveis/Inseguráveis: São riscos de difícil previsão, pois podem ser muito afetados pelas ações do segurado, concentração de riscos e aqueles que podem trazer riscos à possíveis fraudes.

Na Seguradora, o risco de subscrição é avaliado por:

- (i) Etapas
- Desenvolvimento do produto e precificação, adequada a realidade do mercado com base na tábua de mortalidade pré definida;
- Formas de comercialização;
- Análise de aceitação da proposta; e
- Procedimentos e comportamento da sinistralidade.

(ii) Área técnica, operacional e atuarial

- Atuarial: Mensuração do Risco; Nota Técnica Atuarial e definição dos limites/seguros por apólice e carteira;
- Subscrição: Riscos seguráveis; Riscos aceitáveis; Riscos inaceitáveis/Inseguráveis; e
- Tarifação adequada aos riscos.

A Administração da Seguradora adota os seguintes principais procedimentos para mitigação dos riscos de subscrição:

- Política de governança que assegure a gestão adequada das operações;
- Políticas e Controles Internos;
- Estrutura Organizacional;
- Reavaliação periódica dos riscos e controles praticados;
- Adoção de políticas e procedimentos para criação de novos produtos e monitoramento dos riscos de subscrição;
- Limites Operacionais para aceitação e concentração de riscos;
- Políticas de Recursos Humanos;
- Pessoal Técnico treinado para monitoramento dos riscos;
- Metodologias e métodos estatísticos e atuariais;
- Sistema de informações gerenciais - análises de carteiras; e
- Plano de Contingências.

(iii) Monitoramento

O monitoramento do risco de subscrição é realizado com análise do comportamento da carteira abrangendo todos os sub-riscos inerentes à operação, como por exemplo:

- Risco de Insuficiência de Provisão: Risco relacionado com a incerteza derivada da variabilidade das provisões técnicas em relação a seu valor esperado até a liquidação de todos os sinistros;
- Risco de Insuficiência de Prêmios (Seguros Não-Vida): Risco em que o prêmio de competência do período de análise de solvência, não seja suficiente para indenizar os sinistros que ocorrerão durante o período de análise acrescidos dos custos de gestão de sinistros; e
- Risco de Subscrição de Vida: Os riscos de mortalidade e de invalidez e refletem a incerteza sobre a suficiência de provisões técnicas nessas modalidades.

De forma geral, no julgamento da Administração, a Seguradora adota uma Política de Aceitação de Riscos, abrangendo os seus produtos desenvolvidos e comercializados junto ao mercado, levando em consideração as etapas, condições e variáveis mencionadas anteriormente.

d) Estratégia de resseguro

Essa política visa proteger a carteira da Seguradora, além de oferecer uma garantia aos acionistas de possíveis desvios na sinistralidade.

A política de resseguros é revisada periodicamente pela Seguradora, incluindo os riscos a ressegurar, lista de resseguradores e grau de concentração. Atualmente, a Seguradora possui um contrato de resseguro proporcional de excedente de Responsabilidade com o IRB Brasil Resseguros S.A. para proteção de sua carteira, e o volume de operações com resseguradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foi representativo considerando o cenário atual da Seguradora.

e) Desenvolvimento de sinistros

A tabela de desenvolvimento dos sinistros tem a finalidade de avaliar o comportamento dos sinistros pagos e pendentes, para cada ano de aviso, conforme segue:

Montante estimado para os sinistros	Provisões e Pagamentos - Bruto e Resseguro							Total
	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	
- No final do ano do aviso	8.840	21.169	30.839	27.768	23.299	21.485	23.086	
- Um ano após o aviso	5.405	18.658	28.569	25.687	22.449	19.409		
- Dois anos após o aviso	5.528	18.857	28.657	25.310	22.412			
- Três anos após o aviso	6.093	18.867	28.437	25.301				
- Quatro anos após o aviso	6.066	18.694	28.647					
- Cinco anos após o aviso	6.064	18.701						
- Seis anos após o aviso	6.092							
Estimativa corrente	6.092	18.701	28.647	25.301	22.412	19.409	23.086	143.648

Pagamentos acumulados até a data-base

Passivo reconhecido no balanço	6.017	18.459	28.396	24.780	21.727	18.542	19.536	137.457
Passivo em relação a períodos anteriores a dezembro/2005	75	242	252	520	685	867	3.550	6.191
Passivo relacionado à DPVAT								191
Passivo relacionado à retrocessão								19.528
Total do passivo incluído no balanço								15
								25.925

Montante estimado para os sinistros

- No final do ano do aviso	Provisões e Pagamentos - Líquido de Resseguro							Total
	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	
- Um ano após o aviso	8.840	21.169	30.839	27.768	23.299	21.485	23.086	
- Dois anos após o aviso	5.405	18.658	28.569	25.687	22.449	19.409		
- Três anos após o aviso	5.528	18.857	28.657	25.310	22.412			
- Quatro anos após o aviso	6.093	18.867	28.437	25.301				
- Cinco anos após o aviso	6.066	18.694	28.647					
- Seis anos após o aviso	6.064	18.701						
- Seis anos após o aviso	6.092							
Estimativa corrente	6.092	18.701	28.647	25.301	22.412	19.409	23.086	143.648

Pagamentos acumulados até a data base

Passivo reconhecido no balanço	6.017	18.459	28.396	24.780	21.727	18.542	19.536	137.457
Passivo em relação a períodos anteriores a dezembro/2005	75	242	252	520	685	867	3.550	6.191
Passivo relacionado à DPVAT								191
Passivo relacionado à retrocessão								19.528
Total do passivo incluído no balanço								15
								25.925

Os resultados encontrados para cada ano de aviso do sinistro demonstram que as provisões técnicas constituídas no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não resultaram em déficits técnicos quando comparados com os valores efetivamente liquidados ou avaliados nos anos subsequentes.

f) Análise de sensibilidade

Conforme estabelecido no CPC 11, a análise de sensibilidade visa demonstrar como o resultado e o patrimônio líquido teriam sido afetados caso tivessem ocorrido as alterações razoavelmente possíveis na variável de risco relevante à data do balanço. Isto posto, em atendimento ao Anexo XVIII da Circular SUSEP nº 424, de 29 de abril de 2011, a análise de sensibilidade foi aplicada sobre as variáveis de risco de taxa de juros, sinistralidade e inflação, sendo os impactos demonstrados abaixo:

Premissas atuariais

Aumento de 5,0% na sinistralidade, aplicado ao Fluxo do TAP (1) - 3.496 (17) 3.479 -9,74%

Redução de 5,0% na Sinistralidade, aplicada ao Fluxo do TAP (2) - (3.409) 17 (3.392) 9,50%

Aumento de 0,5% na Taxa de Juros, aplicado ao Fluxo do TAP (3) - (459) 2 (457) 1,28%

Redução de 0,5% na Taxa de Juros, aplicada ao Fluxo do TAP (4) - 471 (2) 469 -1,31%

Aumento de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL (5) - 3.304 2 (3.302) -0,44%

Redução de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL (6) - 2.990 - (157) 0,44%

Observações:

(1) Aumento de 5,0% (cinco por cento) na taxa de sinistralidade considerada no Teste de Adequação de Passivos, e mantendo as demais variáveis.

(2) Redução de 5,0% (cinco por cento) na taxa de sinistralidade considerada no Teste de Adequação de Passivos, e mantendo as demais variáveis.

(3) Aumento de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) na taxa de juros aplicada para descontar os valores estimados no Fluxo de Caixa do Teste de Adequação de Passivos, e mantendo as demais variáveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto quando informado)

CDB - pós-fixado	30.012	2.601
Cotas de fundos de investimento - não exclusivos	5	601
Total	30.017	2.601

6) APLICAÇÕES

a) Por classificação				
Disponíveis para venda	2011	%	2010	%
Negociação	29.179	86,39	206.104	88,88
Total	214.429	100,00	231.897	100,00

b) Por tipo	2011	2010
Títulos públicos federais	185.228	195.741
Cotas de fundos de investimentos - não exclusivos	29.179	25.793
Certificado de depósito bancário (CDB)	-	10.330
Outras aplicações	22	33
Total	214.429	231.897

c) Por prazo de vencimento

	2011				2010			
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor contábil e de mercado	Valor contábil e de mercado		
Disponíveis para venda	-	931	179.540	4.779	185.250	206.104		
Títulos públicos federais (ii)	-	909	179.540	4.779	185.228	195.741		
Títulos privados	-	-	-	-	-	10.330		
Outras aplicações	-	22	-	-	22	33		
Negociação	29.179	-	-	-	29.179	25.793		
Cotas de fundos de investimento (i)	29.179	-	-	-	29.179	25.793		
Total	29.179	931	179.540	4.779	214.429	231.897		

(i) O valor de mercado das cotas de fundos de investimento foi apurado com base nos valores de cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos.

(ii) O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

	2011				2010			
	Quantidade	Data de aquisição	Data de vencimento	Taxa de juros - %	R\$			
LFT	181	12/09/2011	07/09/2012	100 do SELIC	909			
LFT	16.128	07/12/2010	07/09/2013	100 do SELIC	80.374			
LFT	6.756	02/05/2011	07/03/2014	100 do SELIC	33.922			
LFT	12.875	23/03/2011	07/09/2014	100 do SELIC	64.644			
LFT	867	17/06/2011	07/03/2015	100 do SELIC	4.353			
LFT	85	15/07/2011	07/09/2015	100 do SELIC	426			
Total					185.228			

Em 31 de dezembro de 2009

Aplicações	50.314	128.183	2.343	180.840
Resgates	231.246	524.696	22.890	778.832
Rendimentos	(97.818)	(650.656)	-	(748.474)
Ajuste ao valor de mercado	12.015	8.107	560	20.682
Total	195.774	10.330	25.793	231.897

Em 31 de dezembro de 2010

Aplicações	77.330	4.000	15.652	96.982
Resgates	(110.504)	(14.594)	(15.965)	(141.063)
Rendimentos	22.644	264	3.699	26.607
Ajuste ao valor de mercado	6	-	-	6
Total	185.250	-	29.179	214.429

Em 31 de dezembro de 2011, os montantes vinculados à SUSEP como recursos garantidores das provisões técnicas são R\$ 108.626 (2010 - R\$ 122.591) em títulos de renda fixa, sem DPVAT.

7) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

7.1) Composição de prêmios a receber

	2011			2010		
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber (líquido)			
Prestamista	104	-	104			
Acidentes pessoais coletivos	4.947	-	4.947			
Desemprego/perda de renda	4.877	-	4.877			
Vida em grupo	682	-	682			
Total	10.610	-	10.610			

	2010			2010		
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber (líquido)			
Prestamista	8.864	(7.407)	1.457			
Acidentes pessoais coletivos	12.646	-	12.646			
Renda de eventos aleatórios	581	-	581			
Vida em grupo	390	(2)	388			
Total	22.481	(7.409)	15.072			

a) Prêmios a receber por prazo de vencimento

	2011	2010
Vencidos	102	11.312
De 1 a 30 dias	102	11.223
De 31 a 60 dias	-	87
De 181 a 365 dias	-	2
A vencer	10.508	11.169
A vencer de 1 a 30 dias (*)	10.482	5.745
A vencer de 31 a 60 dias	26	5.424
Total	10.610	22.481

(*) O saldo de RVNE está classificado como a vencer de 1 a 30 dias.

b) Movimentação de prêmios

Apresentamos a seguir os montantes referentes a movimentação de prêmios incluso a PPNG/RVNE (sem DPVAT), durante o exercício de 2011:

Ramos	2010	(+) Prêmios emitidos	(-) Prêmios recebidos	2011
Prestamista	8.864	17.692	(26.452)	104
Acidentes pessoais coletivo	12.646	112.581	(120.280)	4.947
Desemprego/perda de renda	-	37.646	(32.769)	4.877
Renda de eventos aleatórios	581	1.555	(2.136)	-
Vida em grupo	390	7.881	(7.589)	682
Total	22.481	177.355	(189.226)	10.610

c) Movimentação redução ao valor recuperável

	2011	2010
Saldo inicial	(7.409)	(55)
(-) Constituição de provisão no exercício(*)	-	(7.409)
(+) Baixa de provisão no exercício	7.409	55
Saldo final	-	(7.409)

(*) Referem-se à redução ao valor recuperável sobre prêmios emitidos - do ramo prestamista.

7.2) Títulos e créditos a receber e outros créditos operacionais

	2011	2010
Títulos e créditos a receber	1.043	1.966
Ativos de resseguro	43	-
Outros créditos operacionais	1.139	663
Total	2.225	2.629

8) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2011	2010
Créditos tributários e previdenciários	13.396	8.249
Imposto a tributar	25.147	23.850
Total	38.543	32.099

9) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) estão conciliados para os valores registrados como despesas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, conforme segue:

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2011	2010
Aliquota efetiva	40%	40%
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, com base nas alíquotas vigentes	(23.024)	(17.519)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participação em controladas	341	(78)
Crédito tributário de períodos anteriores não constituídos	-	247
Crédito tributário sobre juros de capital próprio	800	-
Outros valores	37	64
Despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício	(21.846)	(17.350)

Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

A alíquota do passivo, conforme descrito no CPC 32, de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado pela Seguradora a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas.

	2010	Constituição	Realização	2011
Provisão para contingências cíveis	1.307	512	-	1.819
Provisão para contingências fiscais (PIS e COFINS)	6.908	3.163	-	10.071
Provisão para contingências trabalhistas	34	30	-	64
Provisão para gratificação a funcionários	-	51	-	51
Provisão para juros sobre capital próprio - JCP	-	800	-	800
Outras provisões	-	591	-	591
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	8.249	5.147	-	13.396
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	8.249	5.147	-	13.396

b) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no plano de negócios apresentado à Diretoria, elaborado mediante estudo do cenário atual e futuro, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores de produção e custo de captação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originarem forem compensados.

Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Diferenças temporárias		Total	
	2011	2010	2011	2010
2011	-	268	-	268
2012	1.894	268	1.894	268
2013	3.655	268	3.655	268
2014	2.154	268	2.154	268
2015	2.531	268	2.531	268
2016	3.162	-	3.162	-
2020	-	6.909	-	6.909
Total	13.396	8.249	13.396	8.249

O valor presente do total dos créditos tributários na Seguradora é de R\$ 6.083 (2010 - R\$ 3.256), calculados tendo em vista a expectativa de realização das diferenças temporárias.

A Panamericana de Seguros está questionando judicialmente as contribuições de PIS e COFINS na forma da Lei nº 9.718/98 e encontra-se amparado por sentença favorável de primeira instância. Mesmo considerando que a evidência dos fatos relacionados com a ação tem se mostrado que haverá uma decisão do STF em prazo inferior a 10 (dez) anos, considerou-se que os créditos decorrentes desta provisão terão prazo de realização até o ano de 2020.

10) CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

a) Os custos de aquisição diferidos apresentam a seguinte composição:

	2011	2010
Prestamista	-	922
Acidentes pessoais coletivos	231	1.873
Desemprego/perda de renda	161	-
Rendas de eventos aleatórios	81	157
Vida em grupo	-	106
Total	473	3.058

b) Movimentação

	2011	2010
Saldo inicial	3.058	2.086
(+) Adições decorrentes de prêmios utilizados	434	1.590
(-) Baixas decorrentes de prêmios cancelados e/ou restituídos	(3.019)	(608)
Saldo final	473	3.058

11) INVESTIMENTOS

a) Participações societárias

	2011	2010
Investimento avaliado ao custo	304	304
IRB - Brasil Resseguros S.A.	10.184	9.352
Participação em controladas	-	-
Total das participações societárias	10.488	9.656

	Quantidade de ações/cotas possuídas		Participação consolidada no capital social		Lucro líquido ajustado		Saldo do investimento		Ajuste decorrente de avaliação	
Empresa	Capital social	ajustado	(em milhares)	capital social	ajustado	2011	2010	2011	2010	
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	12.388	12.684	11.118.931	78,99	1.080	10.184	9.352	853	(196)	

b) Imóveis destinados à renda

	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	2010
Propriedades para investimento					
Terrenos		1.583	-	1.583	9.083
Edificações (i)	4	3.458	(147)	3.311	19.345
		5.041	(147)	4.894	28.428
Movimentação da conta					
Saldo inicial		28.428	-	-	31.057
Baixas (ii)		(22.904)	-	-	(1.783)
Despesas de depreciação		(630)	-	-	(846)
Saldo final		4.894	-	-	28.428

(i) Referem-se, aos imóveis localizados na Rua Estimar Badaró, 309, Rua São Bento, 242 - 276 em São Paulo - SP e um na Bahia, cujo valor de mercado representa, no mínimo, R\$ 7 milhões, segundo levantamentos de avaliação, e conforme contrato firmado entre a empresa e a Seguradora de mercado aluguel mensal.

O contrato firmado prevê reajustes anuais pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM) e possui prazo de vigência de 24 meses. Os arrendatários podem desistir da locação a qualquer momento, desde que procedam ao seu ato de aviso com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias, dispensando o pagamento de qualquer multa.

(ii) Referem-se a baixa de imóvel decorrente da alienação do imóvel da Av. Paulista, 2.240 - SP.

12) PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

As provisões técnicas de seguros e resseguros, incluindo DPVAT, apresentam a seguinte composição:

	2011	2010
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	59.554	82.992
Sinistros a liquidar	25.925	33.005
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	29.514	10.357
Outras provisões	346	3.031
Total	115.339	129.385

a) Provisão de prêmios não ganhos

	2011	2010
Prestamistas	104	46.123
Acidentes pessoais coletivos	29.110	28.832
Desemprego/perda de renda	27.565	3.761
Rendas de eventos aleatórios	2.201	3.761
Vida em grupo	574	4.276
Total	59.554	82.992

Movimentação da provisão de prêmios não ganhos

	2011	2010
Saldo inicial	82.992	66.036
(+) Constituição de provisão		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Movimentação das provisões

	2011					Total
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Subtotal	Fiscais	
Saldo no início do exercício	116	3.408	131	3.524	18.002	21.526
Constituições	112	3.408	131	3.524	12.443	15.996
Baixas	(35)	(2.047)	(113)	(2.195)	(4.535)	(6.730)
Saldo no fim do exercício	193	4.671	149	4.822	25.910	30.792

	2010					Total
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Subtotal	Fiscais	
Saldo no início do exercício	32	2.626	11	2.658	11.676	14.334
Constituições	85	9.478	11	9.563	6.738	16.301
Baixas	(11)	(8.696)	11	(8.697)	(412)	(9.109)
Saldo no fim do exercício	116	3.408	131	3.524	18.002	21.526

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em dezembro de 2011, a Panamericana de Seguros S.A. recebeu um imposto de infração da Receita Federal do Brasil por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social e auto de infração de renda retida na fonte relativos ao ano base de 2007, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 15.819. Consoante posição dos assessores jurídicos da Seguradora, o referido passivo contingente foi classificado como de perda possível.

20) OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2011	2010
Juros sobre capital próprio	2.000	—
Dividendos	—	1.257
Pagamentos a promotoras	1.600	2.100
Refis	1.103	2.062
Estrutura operacional e propaganda	—	620
Outros (*)	413	452
Total	5.116	6.491

(*) A composição desse valor refere-se a R\$ 403 de Provisão de Despesas, R\$ 6 de fundo de Pensão e R\$ 4 financiamento.

21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2011	2010
a) Capital social		
O capital social está representado por 339.313.199 ações, sendo 339.207.035 ações ordinárias e 106.164 ações preferenciais, sem valor nominal.		
b) Reserva de lucros		
A conta de reserva de lucros da Seguradora é composta por reserva legal, reserva estatutária e reserva para dividendo adicional proposto.		
Reserva legal - nos termos do estatuto social, a Seguradora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2011, o montante é de R\$ 7.608 (2010 - R\$ 5.823).		
Reserva estatutária - nos termos do estatuto social a quantia equivalente a 90% do lucro para formação de reserva especial de lucro, até o limite de 80% do capital social. Em 31 de dezembro de 2011, o montante é de R\$ 53.931 (2010 - R\$ 57.004).		
c) Dividendos mínimos		
O estatuto da Seguradora prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 5% sobre o lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.		
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de setembro de 2011, aprovaram a distribuição de dividendos à conta de Reserva Especial de Lucros, o montante de R\$ 35.000 que foram pagos em 27 de dezembro de 2011.		
Em dezembro foram provisionados Juros sobre Capital Próprio montante de R\$ 2.000, equivalente a aproximadamente 5% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei societária.		
d) Dividendo adicional proposto		
Conforme ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, a parcela do dividendo a pagar referente exercício de 2010 propostos pelos órgãos da Administração à Assembleia de acionistas, que cedeu ao dividendo mínimo obrigatório, foi mantida no patrimônio líquido, em conta específica de reserva de lucros, como "dividendo adicional proposto", até a deliberação definitiva que vier a ser tomada pelos acionistas.		

22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos referentes às transações com partes relacionadas, são como segue:

	2011		2010	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receita (despesas)
Disponível				
Banco Panamericano S.A.	450	—	472	—
Controladora	450	—	472	—
Prêmios a receber				
Banco Panamericano S.A. (i)	62	1.188	19.161	2.818
Panamericana Administradora de Consórcio Ltda.	—	1.082	19.156	126
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	44	52	—	2.633
Ligada	44	52	—	—
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	2	48	5	59
Ligada	2	48	5	59
Títulos e créditos a receber - alugueis				
Banco Panamericano S.A.	—	1.496	181	2.072
Ligada	—	1.374	15	1.903
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	—	122	16	169
Ligada	—	122	16	169
Juros s/capital próprio/Dividendos				
Banco Panamericano S.A.	—	(2.000)	(1.241)	—
Controladora	—	(2.000)	(1.241)	—
Contas a pagar				
Juros sobre capital próprio - Banco Panamericano S.A.	2.000	—	—	—
Controladora	2.000	—	—	—

(i) Referem-se a valores a receber do Banco Panamericano S.A., estipulante das apólices, que repassa os valores recebidos dos clientes da Seguradora.

Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a remuneração global dos administradores foi de R\$ 291 (2010 - R\$ 582), registrada na rubrica de "Despesas de pessoal".

23) PRÊMIOS GANHOS

Os principais ramos em que a Seguradora atua são:

Ramos	2011		Índice de sinistralidade - %		Índice de comissionamento - %	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
	Prestamista (*)	6.242	33.019	233,09	23,38	15,17
Acidentes pessoais coletivos	70.869	55.929	2,82	8,23	3,52	5,29
Desemprego/perda de renda	4.800	—	26,10	—	1,13	—
Danos pessoais (DPVAT)	33.434	31.546	87,03	87,04	1,46	1,43
Vida em Grupo (*)	7.282	18.434	220,79	38,99	6,73	5,42
Renda de eventos aleatórios	1.921	3.300	106,30	88,64	4,63	6,03
Total	124.548	142.228				

(*) Vide Nota 12(a).

24) SINISTROS OCORRIDOS

	2011	2010
DPVAT	29.096	27.458
Prestamista	14.550	7.718
Acidentes pessoais (i)	(2.000)	4.602
Desemprego/perda de renda	1.253	—
Rendas de eventos aleatórios	2.042	2.925
Vida em grupo	16.078	6.934
Outros	—	1
Total	61.019	49.638

(i) Em 2011 no ramo de acidentes pessoais coletivos e vida em grupo, a variação ocorrida foi decorrente da mudança de metodologia de cálculo da apuração do IBNR, bem como do aumento dos avisos de sinistros.

25) CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

	2011	2010
Prestamista	947	1.072
Acidentes pessoais	2.498	2.956
Desemprego/perda de renda	54	—
Rendas de eventos aleatórios	89	199
Vida em Grupo	490	964
DPVAT	487	451
Total	4.565	5.642

DIRETORIA		CONTADOR	
José Luiz Acar Pedro Diretor Superintendente		Sergio de Jesus CRC 1SP198209/O-2	
Ricardo Tadeu Pólitto Diretor Operacional	Iuri Rapoport Diretor Administrativo-Financeiro	Leandro de Azambuja Micotti Diretor	Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa Diretor

PARECER ATUARIAL

De acordo com o disposto na Resolução CNSP nº 135, de 11/10/2005, e na Circular SUSEP nº 272, de 22/10/2004, foi realizada a Avaliação Atuarial de cada um dos ramos de seguro operacionalizados pela PANAMERICANA DE SEGUROS S.A., no exercício de 2011.

A Avaliação Atuarial foi elaborada a partir dos efetivos períodos de competência dos riscos assumidos pelos contratos de seguros em vigor em 30/09/2011, 31/10/2011, 30/11/2011 e 31/12/2011, recalculando, para cada ramo, as correspondentes provisões técnicas contabilizadas nestas datas base. O recálculo das provisões técnicas determina a totalidade dos compromissos financeiros que a Seguradora terá com o pagamento dos sinistros já ocorridos e que ainda vão ocorrer e com a manutenção dos custos administrativos de todos os contratos de seguros em vigor em 30/09/2011, 31/10/2011, 30/11/2011 e 31/12/2011, independente da emissão de novos prêmios.

Os resultados encontrados demonstram que as provisões técnicas consignadas no Balanço Patrimonial de 31/12/2011 da PANAMERICANA DE SEGUROS S.A. estão adequadas, não havendo necessidade de constituição da Provisão de Insuficiência de Prêmios e de ajustes de valores, bem como não foi detectada nenhuma situação relevante que comprometa a solvência atuarial da Seguradora.

Por fim, em relação ao Estudo Atuarial de data base 31/12/2011 do Teste de Adequação de Passivos da PANAMERICANA DE SEGUROS S.A., concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das Provisões constituídas, deduzidas das Despesas de Comercialização Diferidas e dos Ativos Intangíveis Relacionados, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos Fluxos de Caixa,

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Panamericana de Seguros S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Panamericana de Seguros S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

26) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2011	2010
a) Outras receitas operacionais:		
Receitas com operações de seguros (i)	6.928	351
Redução ao valor recuperável (ii)	1.787	—
Outras receitas	264	—
Receitas convênio - DPVAT	2.921	2.699
Total	17.522	3.050

(i) Referem-se basicamente, ao ganho de Seguradora quando da restituição ao estipulante no cancelamento da apólice do seguro consignado.

(ii) Referem-se a reversão da provisão de risco constituída em dezembro de 2010 (Nota 7.1.c).

b) Outras despesas operacionais:

	2011	2010
Despesas com administração de apólices (*)	7.524	7.481
Despesas com cobrança	1.787	1.937
Redução ao valor recuperável para recebíveis (**)	—	7.354
Despesas com contingências	2.972	4.085
Despesas diversas	91	59
Total	12.374	20.916

(*) Referem-se a despesa pela utilização da estrutura operacional do grupo Panamericano para comercialização de seguros.

(**) Referem-se a redução ao valor recuperável para recebíveis sobre prêmios emitidos do ramo Prestamista no montante de R\$ 7.354.

Outras receitas e despesas operacionais

	2011	2010
Outras receitas	17.522	3.050
Outras despesas	(12.374)	(20.916)
Total	5.148	(17.866)

27) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas têm a seguinte composição:

	2011	2010
Serviços de terceiros (*)	21.053	24.662
Pessoal	4.471	5.191
Publicidade e propaganda	98	1.088
Localização e funcionamento	135	676
Convênio DPVAT	2.837	2.605
Outras despesas	92	825
Total	28.686	35.047

(*) As despesas com serviços de terceiros deve-se, principalmente, ao pagamento a promotoras de vendas que prestam serviços com intuito de alavancar as vendas dos produtos de seguros.

28) DESPESAS COM TRIBUTOS

	2011	2010
PIS/COFINS	4.589	5.178
Impostos e taxas (*)	504	2.062
Outros tributos Federais e Municipais	1.142	1.274
Total	6.235	8.514

(*) Referem-se a provisão de CPMF

29) RESULTADO FINANCEIRO

	2011	2010
Receitas financeiras	22.643	12.015
Títulos de renda fixa - públicos	613	8.352
Títulos de renda fixa - privados	3.492	120
Outras receitas financeiras	26.748	20.487
Subtotal	(3.892)	(2.501)
Despesas financeiras	(1.988)	(1.178)
Operações de seguros e resseguro (*)	(5.880)	(3.679)
Outras despesas financeiras	20.868	16.808
Total líquido	(5.880)	(3.679)

(*) Referem-se, principalmente, às operações do Consórcio DPVAT.

30) RESULTADO PATRIMONIAL

	2011	2010
Receitas de alugueis (i)	2.056	3.197
Resultado de equivalência	853	(196)
Dividendos	43	56
Depreciação/conservação e reparos	(851)	(928)
Total	2.101	2.129

(i) Referem-se, a receitas com imóveis de renda (propriedades para investimento), no montante de R\$ 2.056 (2010 - R\$ 3.197).

31) GANHOS E PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES

	2011	2010
Lucro na alienação de investimentos (*)	6.318	103
Prejuízo na alienação de bens	(3)	—
Total	6.315	103

(*) Referem-se a venda do imóvel sito a Av. Paulista, 2.240 - SP

32) CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO COM O CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	35.712	26.447
Depreciações e amortizações	851	928
Resultado de equivalência patrimonial	(83)	196
Prejuízo na venda de imobilizado e diferido	(6.318)	(103)
Prejuízo na alienação de bens	3	—
Distribuição de dividendos	(35.000)	(13.315)
Baixa de investimento	29.222	1.783
Variação das aplicações	(17.468)	(83.124)
Variação dos créditos das operações com seguros e resseguros	(3.943)	(6.503)
Variação de títulos e créditos a receber	25.732	(4.780)
Variação dos custos de aquisição diferidos	(2.585)	(972)
Variação de contas a pagar	11.535	17.989
Variação de débitos de operações com seguros e resseguros	(687)	(92)
Variação de depósitos de terceiros	(48)	(18)
Variação de provisões técnicas - seguros e resseguros	(13.749)	25.629
Variação de outros débitos	9.265	7.192
Variação de ajustes de títulos e valores mobiliários	6	31
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	31.675	(28.712)

a) Benefícios a empregados - A Seguradora contribui mensalmente para a Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão, com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes, com o objetivo de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, sendo esta a única responsabilidade da Seguradora como patrocinadora. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o montante dessa contribuição foi de R\$ 145 (2010 - R\$ 168).

b) A Seguradora realizou em 31 de março de 2011, Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, para eleger os membros para